

Sobre o discurso do desenvolvimento econômico e o desenvolvimento do discurso econômico*

*Bianca Imbiriba Bonente*** *Doutoranda em Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro do grupo de pesquisa Teoria Social e Crítica Ontológica da UFF*

*Hugo Figueira Corrêa**** *Doutorando em Economia da Universidade Federal Fluminense e pesquisador do grupo Teoria Social e Crítica Ontológica da UFF*

Resumo

A despeito de todas as evidências, é fato notável que inúmeros economistas — da esquerda à direita, apologistas, ou não, do livre mercado — apostam na possibilidade de homogeneização da riqueza mundial, ou seja, na possibilidade de estender o desenvolvimento e suas “benesses” a todos os países. Esse tipo de ideário é sistematicamente veiculado pelos discursos sobre desenvolvimento econômico, tomados como objeto de crítica do presente trabalho. Conforme se pretende argumentar, o tão divulgado projeto de desenvolvimento é, por natureza, irrealizável. Apesar desse seu caráter ilusório, esse discurso ganha validade social por trabalhar dentro das categorias da economia burguesa e justificar essa ordem social. Por fim, busca-se indicar que o apelo para abandonar crenças ilusórias é o apelo para abandonar uma condição que precisa de ilusões, apontando a necessidade de se resgatarem os debates sobre emancipação social.

* Uma versão anterior deste trabalho foi apresentada no XIII Encontro Nacional de Economia Política.

Artigo recebido em set. 2008 e aceito para publicação em nov. 2008.

** *E-mail:* biancaimbiriba@gmail.com

*** *E-mail:* h.correa@gmail.com

Os autores agradecem os comentários feitos na ocasião do XIII Encontro Nacional de Economia, especialmente ao Professor Marcelo Carcanholo e aos demais membros do grupo de pesquisa Teoria Social e Crítica Ontológica da UFF. Quaisquer equívocos ou omissões são, no entanto, de inteira responsabilidade dos autores.

Palavras-chave

Desenvolvimento econômico; economia política; realismo crítico.

Abstract

Despite the evidences, economists of all kinds, from the left to the right-winged ones, from the free market advocates to the pro-regulation ones, almost all economists continue to bet on the economic development to promote the world's wealth equalization and to spread its "goodness" for all countries. These ideas, which are systematically divulged through the economic development speeches, are taken into a critical perspective on the present paper. As one intent to argue, economic development project is, for its own nature, unreachable. This speech is, therefore, illusory, but it still important within the society to the extent that it gives useful tools to operate in the capitalist economy and that it justifies the current social order. Finally, the paper defend that the claim to forfeit illusory beliefs is the claim to forfeit a condition that requires illusions—and so that it is necessary to, once again, put into the agenda the debate over human emancipation.

Key words

Economic development; political economy; critical realism.

Classificação JEL: B40, O10, P16.

“A abolição da religião enquanto felicidade **ilusória** dos homens é a exigência da sua felicidade **real**. O apelo para que abandonem as ilusões a respeito da sua condição é o **apelo para abandonarem uma condição que precisa de ilusões.**”

Karl Marx apud Lukács (2007, p. 173).

Introdução

A despeito de todas as evidências, é fato notável que inúmeros economistas — da esquerda à direita, apologistas, ou não, do livre mercado — apostam na possibilidade de homogeneização da riqueza mundial, ou seja, na possibilidade de estender o desenvolvimento e suas “benesses” a todos os países. Há mais

de 50 anos, o discurso econômico promete aos países que cumprirem determinados requisitos e normas de conduta um lugar garantido no Éden da hierarquia global — que se divide entre o inferno dos subdesenvolvidos, o purgatório dos em desenvolvimento e o céu dos desenvolvidos. Só mesmo com muitas preces.

Nesse período de asfixiante domínio conservador, forte desarticulação das forças de esquerda e virtual ausência de um projeto alternativo de sociedade, trabalha-se sempre dentro de condições preestabelecidas (sociedade capitalista globalizada), raramente questionando-se sua origem e seu caráter histórico, o tipo de hierarquia e a desigualdade que produz e o tipo de ilusão (comumente veiculada pela teoria econômica) que necessita para sobreviver.

Caminhando em sentido contrário, o presente trabalho busca fornecer uma crítica não só ao projeto de desenvolvimento ora vigente, mas à própria noção tradicional de desenvolvimento econômico, adotando, para isso, um referencial teórico marxista. O centro do argumento que se tenta desenvolver está baseado em questionar a possibilidade efetiva de um desenvolvimento semelhante àquele anunciado pelo discurso econômico. Para usar-se uma imagem bastante em voga nos dias de hoje — Ha-Joo Chang (2004), em seu livro **Chutando a Escada**, sugere que os países desenvolvidos ascenderam aos céus por uma escada, que eles próprios, uma vez lá, trataram de “chutar” para longe, impedindo, com seu discurso, o desenvolvimento dos demais países —, o que se pretende defender aqui é que não se trata de procurar onde foi parar a escada que conduz a outro patamar de desenvolvimento, mas de investigar se existe, ou se algum dia existiu, uma escada.

Esse é, no entanto, apenas um primeiro passo para a crítica de um determinado discurso: seu falseamento e a apresentação de um contraponto teórico. Segue-se a isso a necessidade de explicar os motivos que tornam corrente um discurso falso, ou seja, explicar por que, nos termos de Marx, o falso é um “falso socialmente necessário”. Conforme se pretende indicar, essa aceitação decorre de dois motivos básicos: em primeiro lugar, as teorias do desenvolvimento são úteis enquanto instrumento de manipulação da realidade (alguns países, aplicando o receituário do desenvolvimento, podem, de fato, conseguir taxas maiores de crescimento, melhorias em alguns outros índices e galgar posições melhores na hierarquia global, apesar de essa não ser uma possibilidade “para todos”); mais que isso, contudo, buscar-se-á argumentar que a disseminação desse tipo de imaginário é totalmente necessária à manutenção dessa formação social.

Munidos de uma teoria que melhor explica os fenômenos e que explica a necessidade da teoria criticada, é possível passar-se diretamente à crítica das estruturas sociais que geram essas formas de consciência falsas e/ou ilusórias — mais especificamente, das estruturas da sociedade regida pelo capital.

Esses seriam os três passos de uma crítica explanatória, sistematizada pelos teóricos do **realismo crítico** e congruente com o método exaustivamente aplicado por Marx em diversas partes de sua obra. Acredita-se que, somente a partir desse expediente, é possível aperfeiçoar e abrir novas dimensões para a crítica científica; do mesmo modo, somente através de uma requalificação de todo esse debate será possível lograr uma reorganização das forças de esquerda nos dias atuais.

Na tentativa de cumprir com o objetivo aqui proposto, julga-se pertinente iniciar o trabalho expondo o método da crítica explanatória e as possibilidades que a adoção dessa perspectiva oferece para o avanço da crítica científica. Feito isso, busca-se caracterizar o discurso sobre desenvolvimento econômico, apresentando simultaneamente uma crítica e um contraponto teórico a essa concepção. Na terceira seção, busca-se mostrar o caráter ideológico da ciência econômica em geral e do discurso do desenvolvimento em específico. Na quarta e última seção, são desdobrados a crítica à sociedade capitalista e alguns argumentos no sentido da transformação social.

1 Sobre o método da crítica

Apesar de ser este um período de inegável avalanche de filosofias anti-realistas (sejam elas idealistas, sejam pragmáticas, sejam relativistas), o presente trabalho fundamenta-se em uma perspectiva que preza pela realidade e busca resgatá-la como critério último de toda construção teórica, opondo-se, simultaneamente e com igual força, ao empirismo, ao pragmatismo e ao idealismo. Esse apreço pela realidade foi notadamente resgatado pela corrente teórica conhecida como realismo crítico (científico ou transcendental).¹

De acordo com essa perspectiva, o mundo é composto por estruturas diferenciadas e em constante mudança. Tais **estruturas e mecanismos reais** (que operam e perduram independentemente do nosso conhecimento, mas conformam possíveis objetos do conhecimento) não são nem **padrões de eventos ou fenômenos** (como postulado pelo empirismo), nem **construtos humanos meramente discursivos** (tal como defendido pelo idealismo). Por

¹ Não seria possível aqui, e julga-se que nem mesmo necessário, oferecer uma recuperação exaustiva do debate metodológico que envolve as correntes de pensamento acima mencionadas. Na tentativa de fazer um resgate inevitavelmente sintético das principais idéias contidas nas formulações do realismo crítico, será preciso deixar de lado questões bastante complexas e controvertidas. Uma sistematização detalhada de alguns dos escritos e debates do realismo crítico empregando uma unidade a idéias e conceitos pode ser vista em Archer *et al.* (1998).

não serem espontaneamente aparentes nos padrões de eventos observáveis, eles só podem ser identificados mediante o trabalho teórico e prático das Ciências Sociais. Apesar de não negarem a realidade de eventos e discursos, os realistas críticos asseguram que somente é possível entender — e, portanto, mudar — o mundo social na medida em que se é capaz de identificar as estruturas em funcionamento que geram aqueles eventos ou discursos. Está posto aí o caráter potencialmente emancipatório da atividade científica, vislumbrado por Marx e anunciado na tão citada última tese sobre Feuerbach: “[...] os filósofos se limitaram a **interpretar** o mundo de diferentes maneiras; o que importa é **transformá-lo**” (Marx, 1999, p. 14).

Seguindo essa perspectiva, o método da crítica explanatória pode, em termos bastante sistemáticos, ser resumido em três passos.² O primeiro deles, intitulado **crítica de primeira ordem da consciência** (ou **crítica lógico-gnosiológica**), busca mostrar que um certo conjunto de categorias não corresponde propriamente à realidade, ou seja, que determinadas crenças são falsas ou superficiais — o que normalmente pressupõe que se tenha uma melhor explicação para os fenômenos em questão.

Mas uma crítica consistente à determinada crença não pode esgotar-se na crítica ao mero discurso. Como ressalta Duayer,

[...] uma crítica não tem o poder de dissolver praticamente a concepção ou teoria criticada. Se noções absurdas e incongruentes possuem validade social e, mais ainda, conservam essa validade a despeito de arrasadoras críticas lógico-gnosiológicas, segue-se que a sua validade social deve depender de outras circunstâncias (Duayer, 2001, p. 16).

Esse é justamente o papel da **crítica de segunda ordem da consciência** (ou **crítica ontológica**): explicar as razões pelas quais as crenças falsas ou superficiais são produzidas e absorvidas, bem como explicar o papel que essas crenças desempenham na sociedade. Ou seja, avançar na crítica explanatória pressupõe necessariamente a indicação dos motivos reais que levam à produção e à reprodução de concepções equivocadas e/ou ilusórias. Nos termos de Marx, significa explicar porque o falso é um “falso socialmente necessário”.

Não será possível avançar aqui nas discussões sobre ideologia.³ A título de indicação, vale ressaltar-se que a capacidade de explicar a necessidade social de uma determinada falsa crença é suficiente para caracterizá-la como **ideo-**

² Uma exposição mais detalhada do método da crítica explanatória pode ser vista em Bhaskar (1979).

³ É certo que os debates que cercam o conceito de ideologia são por demais complexos e numerosos para que se possa fazer uma incursão, ainda que breve, nesse campo. Como ficará claro na seqüência, é adotada aqui uma definição bastante estrita para tal conceito.

lógica. Em outras palavras, dizer que uma crença é ideológica significa que ela (a) deve ser falsa, isto é, se possui uma explicação melhor para o fenômeno em questão, e, (b) na medida em que se refere a alguma esfera da vida social, deve fazer sentido para os sujeitos que nela acreditam, tornando-se mais, ou menos, necessária (isto é, se possui uma explicação da falsidade das crenças em questão).

Uma vez que se possui uma teoria que explica melhor o fenômeno e explica o caráter ideológico do conjunto de idéias questionado, é possível imediatamente transitar, sem qualquer julgamento adicional, para a valorização negativa do objeto (estrutura generativa, sistema de relações sociais, etc.), que define o caráter ideológico da crença, e para a valoração positiva da atividade direcionada à superação do objeto. Este seria o terceiro e último passo da crítica explanatória: é precisamente nesse ponto que “[...] crítica e mudança conceituais convertem-se em crítica e mudança sociais, [...] de forma que a questão passa a ser então, *ceteris paribus*, mudar o objeto” (Bhaskar, 1979, p. 24).

Vale notar-se que, para transitar do primeiro ao último passo da crítica explanatória, não é necessário nenhum outro valor além do valor da **verdade**:

Há que se ressaltar que a passagem da crítica explanatória à prática transformadora (das estruturas da sociedade que dão ensejo às formas falsas de consciência) dispensa valores outros além daqueles que distinguem o próprio discurso científico (verdade, consistência, poder explanatório etc.). Se determinadas estruturas, instituições, tendência etc. do mundo são efetivamente a causa última da formação de crenças ou teorias falsas, deformadas ou mistificadas, então a apreciação crítica das concepções, nos termos explicitados, se desdobrará, imediatamente, numa crítica das causas, isto é, numa crítica das próprias estruturas sociais. Para isso, vale repetir, não se faz necessário recorrer a valores outros que não o da verdade (que, como condição do discurso racional, dispensa defesa) (Medeiros, 2007, p. 36).

Esse é exatamente o procedimento adotado por Marx, especialmente em sua crítica à Economia Política. Nas diversas passagens em que se dirige diretamente aos economistas políticos, Marx apresenta e critica o argumento adversário sem, no entanto, desqualificá-lo. Ao contrário disso, procura compreender a razão para aquele equívoco — notadamente, a incapacidade dos economistas em enxergarem para além de suas condições históricas específicas — e mostrar como, a despeito de sua falsidade, as idéias desempenham uma função

Com isso, não se pretende preterir arbitrariamente outras definições do termo, mas eleger uma definição capaz de atender à idéia que se quer passar no presente trabalho. Para um aprofundamento no debate sobre ideologia, ver Eagleton (1997) e a bibliografia ali referida. Um ensaio mais denso sobre ideologia como instrumento de classe pode ser encontrado em Mészáros (2004).

prática na vida social.⁴ Vale notar-se que também Marx transita diretamente da crítica à ciência burguesa para a crítica à sociedade burguesa.

Conforme indicado anteriormente, a próxima seção dedica-se à apresentação do debate sobre desenvolvimento e das principais críticas que indicam a incorreção desse discurso científico. Pretende-se mostrar inicialmente que esse discurso defende, de fato, um projeto de natureza irrealizável. Apesar desse seu caráter ilusório, será argumentado na seção seguinte que esse discurso ganha validade social por trabalhar dentro das categorias da economia burguesa e justificar essa ordem social. Por fim, busca-se indicar, como na epígrafe, que o apelo para abandonar crenças ilusórias é o **apelo para abandonar uma condição que precisa de ilusões** — apontando a necessidade de trilhar caminhos rumo ao socialismo.

2 Sobre o discurso do desenvolvimento

2.1 Desenvolvimento econômico na perspectiva burguesa

Não datam de tempos recentes os estudos e os debates sobre desenvolvimento econômico. No âmbito da Economia, esse tema foi abordado desde seu princípio, com os autores clássicos, apesar de ter sido somente no pós-guerra que seu tratamento se tornou mais sistemático. Por critérios expositivos e de espaço, acredita-se ser suficiente para a argumentação aqui proposta começar essa curta história no período do pós-guerra.

Com efeito, esse período, conhecido como **desenvolvimentista**, foi marcado pela ênfase crescente dada aos conceitos de “modernidade” e “progresso”, que, em grande medida, passaram a nortear o debate acadêmico, criando efetivamente, não só na Economia, mas em vários ramos das Ciências Sociais, uma “teoria do

⁴ Existem inúmeros exemplos na obra de Marx de utilização desse método de crítica. O mais conhecido deles talvez seja o debate travado com Kant a respeito da existência, ou não, de Deus. Kant buscou provar a não-existência de Deus em termos puramente lógicos. Segundo Marx, famoso e declarado ateu, mesmo que se possa provar logicamente a não-existência de Deus, ele continua existindo, na medida em que é crido, na medida em que influencia a vida das pessoas. Parece claro que ali a “[...] realidade social já é apontada como critério último do ser ou não-ser de um fenômeno. Em outras palavras, em Marx, a efetiva eficácia histórica de determinadas representações de Deus confere a elas um tipo qualquer de ser social, mesmo quando não se admita, como é o caso de Marx, a possibilidade da existência de algum Deus” (Duayer, 2001, p. 16-17). Ou seja, a função prático-social de determinadas crenças independe de sua veracidade ou falsidade.

desenvolvimento”. Na maioria dos trabalhos então formulados, o conceito “desenvolvimento” era tratado como sinônimo de “crescimento econômico” ou crescimento do produto *per capita*, por um lado, e como sinônimo de “progresso material” e “civilizatório”, por outro. Toda teorização daí decorrente visava apontar maneiras pelas quais seria possível promover o “avanço” tanto dos países do “primeiro mundo” (que deveriam continuar crescendo e eliminando seus “problemas sociais”) quanto do “terceiro mundo” (que deveria alcançar o primeiro).

A expressão mais caricata da noção de desenvolvimento então utilizada é vista no livro **As Etapas do Desenvolvimento Econômico: um Manifesto Não-Comunista**, escrito por Walter Rostow em 1952 (Rostow, 1978). De acordo com Rostow, as diferenças entre as nações poderiam ser enquadradas em uma “escala evolutiva” de desenvolvimento, cujo fim seria “a era do consumo de massas” — uma analogia explícita à sociedade norte-americana da época. Assim, toda a história humana, desde o Egito antigo ou desde a tribo Tupi até os dias de hoje, poderia ser enquadrada de acordo com o seu “grau evolutivo” e chegaria, na medida em que se desenvolvesse, à “era do consumo de massas”, percorrendo, para tal, exatamente as mesmas fases que os países ditos desenvolvidos. Igualmente, portanto, o percurso a ser feito por brasileiros ou somalis de hoje deveria assemelhar-se à sua visão da história dos países desenvolvidos: poupar, investir, etc., enfim, acumular capital.

Certo está que nem toda a teoria do desenvolvimento ia tão a fundo com Rostow (1978) em sua caracterização histórica. Aliás, não por acaso e com toda razão, a obra do autor (Rostow, 1978) recebeu condenações dos mais variados matizes teóricos. Não obstante as reações que fomentou, algo de **As Etapas do Crescimento** permaneceu e foi compartilhado por toda teoria do desenvolvimento: a utilização das receitas do desenvolvimento das nações capitalistas pioneiras para propor saídas aos países subdesenvolvidos (que, variando com a filiação teórica, poderiam, ou não, ser levadas adiante pelo Estado).

De fato, mesmo quando, por volta da década de 70, a teoria do desenvolvimento conheceu o declínio que culminaria em seu fim, um quê do desenvolvimentismo conseguiu sobreviver.⁵ Não cabe, aqui, resgatar-se toda a evolução da teoria do desenvolvimento até os dias atuais, ou fazer-se um apanhado das

⁵ Vale notar-se que não há um consenso sobre o momento exato do ocaso da teoria do desenvolvimento do pós-guerra. Em contraponto ao obituário feito por Hirschman em seu famoso **Ascensão e Declínio da Economia do Desenvolvimento** (1982), Lewis (1985/ /1, p. 83) defende que a disciplina Economia do Desenvolvimento, apesar de não estar em seus melhores dias, “[...] está viva e bem”. Independentemente dos variados diagnósticos, no entanto, é fato notável que essas teorias, já desde a década de 60, se deparam com uma série de dilemas teóricos e práticos.

condições históricas por trás dessa evolução. O fato, bastante conhecido aliás, é que o desenvolvimentismo, marca ideológica do pós-guerra, saiu de cena e foi substituído pela ideologia neoliberal, ainda hoje hegemônica.

Se, no entanto, é possível afirmar-se o fim do desenvolvimentismo, o mesmo não vale em absoluto para a noção de desenvolvimento econômico que carregava. Como pôde ser observado a partir do momento em que se consolidou o neoliberalismo, as questões relativas ao desenvolvimento não foram esquecidas, embora se tenha processado uma inegável e substantiva mudança na forma de abordar o tema. Em uma mão, o desenvolvimento econômico não deixou de ser um fim, mas foi relegado a uma instância última, e sua obtenção passou a ser creditada a outros fatores, notadamente os graus de desenvolvimento e liberdade dos mercados. Em outra mão, a própria forma de encarar o conceito de desenvolvimento sofreu alterações. Em grande medida, essas alterações foram impulsionadas pelo fracasso da industrialização e do crescimento econômico em promover a eliminação do “atraso” característico do subdesenvolvimento. O processo de industrialização periférica, além de não aproximar o nível de riqueza dos dois blocos e não lograr melhorias para a maior parte das populações do “terceiro mundo”, provocou danos ambientais crescentemente notáveis. Com isso, novas dimensões foram sendo progressivamente incorporadas ao debate sobre desenvolvimento, e, em dia com o clima pós-moderno emergente nos anos 70, o conceito tornou-se mais “fragmentado”. A partir daí, já não bastava falar-se em “desenvolvimento”, que suporia a visão unilateral do desenvolvimento econômico (em termos de indústria e produto), mas seria preciso qualificar desenvolvimentos de campos específicos: o desenvolvimento sustentável, para tratar das questões ambientais; o desenvolvimento local, para tratar das disparidades regionais; propostas como aquela do Índice de Desenvolvimento Humano (o IDH, das Nações Unidas), que foi criado com o fim explícito de incorporar outras dimensões, e não apenas as econômicas, à noção de desenvolvimento.⁶

A despeito de todas as mudanças, pode-se dizer que algo se manteve inalterado nos discursos sobre desenvolvimento econômico. Ao longo de todo esse processo, a distância que separa os países desenvolvidos dos demais foi considerada uma mera questão quantitativa. De fato, a mudança de nomenclatura — que, expressando um otimismo, transformou os países subdesenvolvidos em “países em desenvolvimento” — reforça a idéia de que se desenvolver é uma regra. Em outras palavras, em que pesem todas as críticas feitas a Rostow, o desenvolvimento pleno permaneceu sendo entendido como o estágio último de

⁶ Para mais detalhes sobre o assunto, ver Bonente e Almeida Filho (2007).

uma escala evolutiva, acessível aos países que reunissem os requisitos necessários a esse passo. Foi sempre encarado, nesse sentido, como algo necessariamente positivo, um sinônimo para modernização (avanço) das condições econômicas, sociais, institucionais e culturais do país.

Em suma, a noção de desenvolvimento aqui apresentada entende que esse é um processo linear que produz melhorias em todas as esferas da vida social. Conforme se pretende argumentar adiante, essa é uma concepção que, além de equivocada, contribui sobremaneira para a manutenção do fenômeno que pretende eliminar — a disparidade entre os países que, segundo entende-se aqui, são imanentes a essa ordem social.

2.2 A falácia do discurso

Nos debates de história econômica, freqüentemente se fala em uma ruptura radical no plano das idéias, operada entre o pós-guerra e a atualidade (uma transição de “paradigmas”, como se gosta de chamar). Nessa ruptura, lembram os economistas, passou-se de um “consenso keynesiano” de desenvolvimento com apoio e regulação estatal, para um outro (o de Washington) no qual o desenvolvimento é fruto da pura atuação mercadológica. De certo modo, a tarefa aqui proposta de oferecer um contraponto à noção de desenvolvimento é, ao contrário, a de enfatizar semelhanças ao invés de rupturas nesse processo. Como destacado ao longo da seção anterior, persiste, ao longo do tempo, a noção de desenvolvimento como algo estritamente positivo e muitas vezes medido apenas em termos quantitativos. Existe ainda, no entanto, outra semelhança, que só pode ser alcançada se for levado em consideração que, antes como agora, a discussão perpassa o campo da ideologia (modo como se justifica uma ordem social desigual e que gera desigualdades).

Para estabelecer um contraponto ao conceito de desenvolvimento na sua forma tradicional, é preciso entender-se que o “desenvolvimento” e o “subdesenvolvimento” das nações são fenômenos qualitativamente diversos, que o “atraso” da periferia capitalista não é resultado de um baixo grau de desenvolvimento das relações de produção capitalistas (Rostow), ou mesmo um epifenômeno do modo como essas relações foram ali implantadas. Ao contrário, “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento” são o produto necessário gerado pela articulação das leis capitalistas de desenvolvimento em nível mundial, são dois momentos de um mesmo processo, marcados por antagonismo e complementaridade, isto é, ligados dialeticamente por uma relação de dependência.

Olhando por essa perspectiva, torna-se fundamental, para compreender as condições das economias subdesenvolvidas, ou, mais precisamente, das econo-

mias dependentes, examinar sua posição na estrutura internacional e suas relações com as demais nações no mercado mundial. Essa é exatamente a perspectiva adotada por inúmeras vertentes teóricas que, partindo de Marx, se dispuseram a analisar a economia mundial, notadamente aquelas que partiram da categoria do imperialismo.⁷

Vale dizer, partir da perspectiva do mercado mundial para se entender o capitalismo dependente não é o mesmo que privilegiar o âmbito “externo” em detrimento das estruturas econômicas internas dos países dependentes. O que se está afirmando é que não é possível sequer caracterizar corretamente as **estruturas econômicas internas**, ainda mais em países dependentes, sem entender o processo global de funcionamento da economia mundial. A relação de dependência é um determinante fundamental tanto da inserção econômica na divisão internacional do trabalho quanto da forma assumida pelas relações de produção (internas) nas economias dependentes. Portanto, note-se: não se trata aqui de uma opção metodológica ou analítica, mas de uma imposição do objeto de estudo. Em outras palavras, é porque as economias dependentes se constituíram no processo de expansão do capital internacional e com este se conjugam em um todo dialético que a única forma correta de analisá-las é a partir da economia mundial.

Retomando, para expor de que modo as economias dependentes se inserem na economia mundial, pode-se dividir o problema em duas partes: a forma como se deu historicamente essa inserção e o modo como se explicam, a partir das leis que regem o modo de produção capitalista, as estruturas econômicas resultantes dessa inserção nas economias dependentes.

Do ponto de vista histórico, as nações ditas “em desenvolvimento” entram no mercado mundial como produtoras de gêneros alimentares e matérias-primas a preços baixos. No caso latino-americano, para ficar em um exemplo mais próximo, sua inserção desempenha um papel central na consolidação do capitalismo: primeiro, porque o advento da produção industrial requeria um enorme contingente populacional nas cidades e, conseqüentemente, um relativo esvaziamento dos campos, sem que isso afetasse demasiadamente a disponibilidade de alimentos; segundo, porque permitiu que a produção passasse a se dar preponderantemente através da extração de mais-valia relativa, na medida em que provia alimentos e outros tipos de bens-salários, com valores baixos; por fim, porque a produção de bens-salários e de matérias-primas com valores rebai-

⁷ Para realizar-se uma contraposição à noção criticada de desenvolvimento, este texto apóia-se amplamente na teoria marxista da dependência, que partiu das teorias do imperialismo em direção a uma explicação do modo de ser das relações de produção dos países dependentes e de sua articulação com os países centrais, com o capital imperialista.

xados freava a tendência à queda da taxa de lucro criada pelo próprio avanço da produção capitalista.⁸ Contudo o cumprimento dessas funções tinha por contraparte necessária que a produção dos referidos bens-salários e matérias-primas tinha de se dar a preços extremamente rebaixados. Não importa se com recurso à violência de expedientes extra-econômicos ou com a violência imposta pelo mercado mundial, o fato é que a inserção periférica em geral, e a latino-americana especificamente, no processo de desenvolvimento capitalista condicionou uma “recriação” das relações de produção ali vigentes, adequada às especificidades do capital ali operante.

Assim, do ponto de vista da conformação do “capitalismo dependente”, a questão que se coloca (em termos lógicos, não históricos) é a necessidade de viabilizar a reprodução do capital. A produção capitalista na periferia voltou-se, desde sua origem, primordialmente para fora; porém, no intercâmbio com os países desenvolvidos, tem lugar uma troca desigual: em uma mão, tem-se que o intercâmbio pende — em semelhança ao que ocorre na disputa entre capitais diversos — em favor dos países que possuem mais elevada produtividade do trabalho e, portanto, menores preços de produção e que podem, assim, vender suas mercadorias a preços de mercado, apropriando-se de uma parcela da mais-valia extraída por outrem; em outra mão, tem-se que os países centrais possuem um relativo monopólio na venda de suas mercadorias, em virtude de sua complexidade tecnológica, o que reforça sua capacidade de vender suas mercadorias a preços que excedem seus valores.⁹ Isso implica a necessidade de, para viabilizar a reprodução do capital dependente, mecanismos que aumentem o valor extraído pelo capital na periferia, de modo a satisfazer tanto os capitais do centro como os requisitos da própria acumulação periférica. Marini (2000), olhando particularmente para o caso latino-americano, mostra como essa necessidade se traduziu na **superexploração da força de trabalho** — dito de modo sintético, na compressão dos salários abaixo de seu valor, que é a apropriação pelo capital de parte do trabalho necessário e transforma parte do fundo salarial dos trabalhadores em fundo de acumulação para o capital.

Desse modo, a superexploração aparece como um imperativo da reprodução do capital dependente e, em certa medida, também como um imperativo à

⁸ Sobre esse ponto, vale lembrar que a queda da taxa de lucro aparece em Marx como uma **lei de tendência**, que admite, portanto, contratendências. Uma exposição sistemática dos **fatores contrários à lei** foi oferecida pelo próprio Marx (1974), no capítulo XIV do livro III de **O Capital**.

⁹ Como observou Marini (2000), é notável como, a partir dessa interpretação, fica tanto mais inteligível a força que conduz à “deterioração dos termos de troca”, percebida pela CEPAL nos anos 50.

manutenção da ordem econômica sistêmica (já que, como se viu, as economias dependentes representavam, e continuam a representar, um papel importante também para a produção no centro capitalista). É fundamental observar-se que essa superexploração somente se viabiliza, enquanto regra sistêmica, na medida em que, nos países dependentes, se opera uma separação do duplo papel assumido pela classe trabalhadora nesse modo de produção, que se encontra em conflito com o capital durante o processo de produção (como trabalhadores), mas não durante o processo de circulação (como consumidores). Essa separação pode ocorrer porque, como a produção dependente visa ao mercado externo, sua realização não depende do fundo de consumo dos trabalhadores. De fato, segundo Marini, mesmo quando o mercado interno das economias dependentes se amplia e se torna mais relevante, uma fratura entre esferas de consumo da camada alta (minoria rica e uma parcela da classe média) e da camada baixa (os demais) garante a possibilidade de se manter operante o recurso da superexploração do trabalho.

Ora, ao cabo dessa análise, o que se tem é que o subdesenvolvimento se apresenta como um fenômeno necessário à reprodução do capital. Nesse sentido, como posto por André Gunder Frank (1969), o desenvolvimento capitalista é também o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. O desenvolvimento capitalista implica a reprodução da condição de dependência; implica a reprodução de pobreza, miséria, marginalização, etc., enfim, a reprodução do que se chamou “subdesenvolvimento”.

Sob essa lente, a explicação do desenvolvimento perde a circularidade que assume na teoria criticada — onde não se sabe ao certo se um país é subdesenvolvido porque apresenta baixos indicadores econômicos e sociais, ou se apresenta tais níveis de indicadores porque é subdesenvolvido. Países dependentes mantêm níveis rebaixados de vida, porque a reprodução do capital assim os impele; não podem acessar, salvo poucas exceções, níveis mais altos de produtividade, porque essa é a lei da concorrência entre capitais.

É óbvio, portanto, que, desde uma interpretação marxista da história da periferia capitalista, o desenvolvimento perde sua conotação necessariamente benéfica de “avanço” ou “progresso”, observada na noção aqui criticada. Essa seria a segunda crítica que se pode realizar desde uma postura marxista à noção convencional de desenvolvimento. Na medida em que gera benefícios para uns países e reproduz “malefícios” em outros, o desenvolvimento adquire um sentido de processualidade, ou seja, de mero desdobramento das leis de funcionamento do modo de produção capitalista.

Por fim, talvez seja importante indicar que não se pretende com a crítica ao discurso do desenvolvimento negar a existência de um progresso objetivo na história da humanidade. György Lukács (1979), em sua **Ontologia do Ser Social**,

observa que, se existem leis de validade universal, trans-históricas, estas seriam o avanço das forças produtivas do trabalho e da crescente socialidade das categorias do ser social, ou seja, essas categorias se tornam sempre cada vez mais referidas ao ser social, ao humano. Mas todo desenvolvimento que tem lugar na história assume a forma de um **desenvolvimento desigual**, na medida em que progressos singulares, em uma ou outra esfera da vida social, se fazem acompanhados por regressões simultâneas em outras esferas.¹⁰ Com isso, Lukács (1979) oferece uma crítica consistente à concepção simplista e vulgarizada do progresso (semelhante àquela examinada), que retém apenas um resultado qualquer já quantificado do desenvolvimento (crescimento das forças produtivas, difusão do conhecimento, etc.), e, sobre essa base, decreta a existência de um progresso generalizado. Nesse caso, momentos singulares do processo de conjunto são amplificados a critérios únicos (Lukács, 1979, p. 124).

Uma vez apresentadas essas críticas e interpretações já consolidadas sobre a dicotomia desenvolvimento/subdesenvolvimento, cabe levantarem-se as seguintes questões: se é correta a imagem aqui feita sobre o desenvolvimento capitalista, como explicar que o discurso do desenvolvimento mantenha sua força? Como explicar que o discurso do desenvolvimento tenha uma audiência crescente, valendo-se de uma idéia já teoricamente falseada e desmentida pelos fatos? A resposta é que nem sempre de veracidade vivem os discursos.

Na tentativa de melhor elucidar-se essa assertiva, será preciso avançar nas discussões sobre ideologia e na crítica à ciência econômica.

3 Desenvolvimento econômico e ideologia burguesa

Conforme se buscou argumentar na seção anterior, o discurso do desenvolvimento apresenta como possibilidade concreta para todos os países algo que é, por princípio, impossível. Uma vez reconhecido o caráter inerentemente desigual da sociedade capitalista, a perspectiva segundo a qual é possível promover a homogeneização da riqueza mundial (veiculada principalmente pelas teorias do desenvolvimento) mostra-se, em suma, falsa.

¹⁰ O conceito de desenvolvimento desigual é geralmente associado às diferenças na distribuição de riqueza entre as nações e recebeu inúmeras formas de tratamento por autores marxistas, ou não, dentre as quais se destacam as famosas formulações de Trotsky e Mandel por exemplo. Seguindo a perspectiva de Lukács (1979), trata-se aqui o desenvolvimento desigual como uma categoria, cujo alcance é mais abrangente, dentro da qual a desigualdade entre países é apenas um caso específico.

Na medida em que não é feita qualquer menção ao caráter histórico da sociedade capitalista, em que não se faz nenhum tipo de questionamento às condições históricas específicas (apenas as toma como pressuposto), o discurso do desenvolvimento — não importa se propalado pela direita ou pela esquerda — leva à conservação e/ou reprodução das estruturas que produzem o fenômeno que pretensamente se quer eliminar. Dito novamente, essa concepção, além de equivocada, contribui para a manutenção da assoberbada miséria da periferia capitalista, para a disparidade de renda entre as nações, enfim, para a manutenção daquilo que se chamou subdesenvolvimento.

É precisamente nesse ponto que se deve retomar a diferença existente entre **verdade** e **utilidade**, indicada quando da exposição do método de crítica aqui adotado. Já se sabia desde aquele momento que determinadas crenças podem ser falsas e úteis, outras, verdadeiras e inúteis, enquanto instrumentos de manipulação (manejo) de realidade. Ou seja, já se sabia que a objetividade ou a eficácia social de uma concepção, científica, ou não, independe de sua verdade ou falsidade. A vigência social de uma determinada teoria não depende necessariamente de seu grau de correção (inúmeras crenças, a despeito de sua falsidade, são reproduzidas) e pode justificar-se pela sua utilidade.

Para fazer referência a um exemplo já utilizado, Marx (2002, p. 24) indica como a então emergente ciência econômica se distanciava crescentemente de seu caráter científico, se afastava cada vez mais da verdade rumo à instrumentalidade, cega para qualquer questão que se distanciasse da mera prática imediata. Em uma mão, não constitui nenhuma novidade o fato de que já os economistas políticos clássicos buscavam justificar a superioridade da nova formação social que então emergia. Sua utilidade advinha, nesse primeiro momento, do fato de servirem como instrumento de justificação e conservação da sociedade capitalista. Em outra, tem-se que, apesar de sua falsidade, a Economia se justifica por sua eficácia manipulatória, sobretudo a partir do momento em que o posto principal dentro do debate econômico passa a ser ocupado pelo que Marx chama de economia vulgar.¹¹ A respeito dessa inflexão na atitude da ciência relativamente à questão da verdade ou da falsidade da teoria, ressalta Duayer:

¹¹ A economia vulgar — como Marx chama o ramo mais “anticientífico” da Economia — “[...] não é outra coisa senão uma tradução didática, mais ou menos doutrinária, das idéias cotidianas que abrigam os agentes reais da produção” (Marx, 1991, p. 953). Idéias que, é claro, emergem da prática e na prática necessariamente se confirmam. De fato, apenas os críticos mais ingênuos são capazes de acreditar que uma tal ciência, com o poder que possui especialmente na sociedade capitalista, poderia reproduzir-se de modo desconnectado da realidade.

Quanto mais se desenvolve o modo de produção capitalista, mais a economia política converte-se em ciência do capital. Quanto mais o capital se torna a relação social predominante, menos crítica se torna a economia política. Quanto mais a luta de classes muda o eixo, e a luta não é mais contra a aristocracia mas contra o proletariado, mais a economia política assume a naturalização das relações capitalistas [...] e, em consequência, menos crítica é e tem de ser. Assim, salienta Marx, quando a classe trabalhadora passa a ser o adversário exclusivo, não importa mais à economia política a questão da verdade. Enquanto ciência, substitui a verdade de suas proposições por sua utilidade, utilidade para o capital. Para colocá-lo em termos contemporâneos, a partir daquele instante o que importa é a adequação empírica dos teoremas, das proposições, e não a sua verdade. Ou a sua *performance* retórica, sua capacidade de persuasão. A sua plausibilidade, pode-se dizer, desvanece diante de sua eficácia no plano prático-operatório (Duayer, 2001, p. 19).

A perspectiva do desenvolvimento, apesar de falsa, também se mostra duplamente útil: em primeiro lugar, as teorias do desenvolvimento são extremamente propositivas em suas formulações, falam de categorias presentes no cotidiano econômico de governos e países e ocupam lugar de destaque nos debates sobre política econômica, sendo, portanto, amplamente utilizadas no manejo da realidade social; além disso, ao vender a promessa de “dias melhores”, ou, dito de outra forma, ao propagandear a “utopia do desenvolvimento” e suas inúmeras benesses, a disseminação desse tipo de imaginário se transforma em importante instrumento de justificação dessa formação social desigual e que gera desigualdade.

Concretamente, a imagem de mundo veiculada pela “utopia do desenvolvimento” é a eternização do capitalismo. Recheados de pesada carga ideológica, os conceitos de “desenvolvimento”, “modernização” e “progresso” eternizam a ordem social considerada “desenvolvida” e apagam características concretas dessa ordem, como os conflitos próprios a ela — notadamente, os conflitos de classe. Mas não por acaso: a utopia do desenvolvimento oculta a existência de classes sociais com interesses antagônicos justamente por representar os interesses de uma classe.¹² Como afirma István Mészáros:

[...] o uso problemático do termo “moderno” se caracteriza pela tendência a **esquecer** a dimensão sócio-histórica, a serviço dos interesses dominantes da ordem estabelecida. Fiéis a esse espírito, as definições de “modernidade” exigidas são construídas de tal maneira que as especificidades sócio-econômicas são ofuscadas ou deixadas em segundo plano, para que a formação histórica descrita como uma “sociedade moderna” nos vários

¹² Interesses de classe ou de frações de classe, como a história ensina. No caso latino-americano, afirma Marini (1992, p. 79-80), o desenvolvimentismo representou ideologicamente os interesses da burguesia industrial emergente e nisso foi bem-sucedido, ainda que não o tenha sido em eliminar o subdesenvolvimento, como alardeava seu discurso.

discursos ideológicos sobre a “modernidade” possa adquirir um caráter paradoxalmente atemporal em direção ao futuro, por causa de contraposição, acriticamente exagerada, ao passado mais ou menos distante (Mészáros, 2004, p. 70).

Nesse processo de absolutização da ordem social posta, os aspectos desagradáveis dessa sociedade são atribuídos a uma suposta falta de “desenvolvimento” (dissociando completamente causa e efeito), e se é forçado a pensar que qualquer mudança possível se circunscreve àquela ordem. Nesse sentido, a utopia do desenvolvimento é a ditadura do possível e é, conseqüentemente, a ideologia do capital.

4 Considerações finais: da crítica do discurso à crítica da sociedade burguesa

Um dos maiores equívocos — comum entre os teóricos de diversas correntes — é crer que a crítica científica se esgota no embate entre teorias, no âmbito teórico propriamente dito. Quando muito, reconhece-se o efeito do debate teórico sobre as prescrições de política econômica. Ao contrário, argumenta-se aqui que, uma vez estabelecido o nexos entre teoria e prática, é possível avançar-se da crítica teórica diretamente para a crítica dos mecanismos e das estruturas sociais que produzem determinadas formas de consciência.

Isso pressupõe uma postura materialista diante do mundo e do conhecimento sobre o mundo. O reconhecimento da distinção entre esses dois complexos — o mundo, que existe independentemente do fato de que seja, ou não, conhecido corretamente, e o método para captá-lo no pensamento (da maneira mais adequada possível) — talvez seja, inclusive, o fundamento primeiro de uma concepção materialista. Uma vez reconhecida essa distinção, é importante notar-se que o mundo possui uma “prioridade” em relação ao mero conhecimento — ou seja, o primeiro pode existir sem o segundo, enquanto o inverso é ontologicamente impossível (não é possível produzir conhecimento sobre algo inexistente).

Mesmo sem cair em um reducionismo economicista (que transforma essa relação em uma determinação causal, colocada em termos de base e superestrutura), é possível afirmar-se que determinadas formas de consciência estão ligadas a determinadas formas de ser.¹³ Assim, desde uma perspectiva materia-

¹³ “A produção de idéias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens.” (Marx, 1999, p. 36).

lista, “[...] criticar uma crença como falsa é *ipso facto* não somente criticar qualquer ação ou prática informada ou sustentada por aquela crença, mas também qualquer coisa que dela necessita” (Bhaskar, 1979, p. 32).

Conforme se tentou argumentar nas seções anteriores, a sociedade capitalista, na medida em que produz e reproduz desigualdades, produz e reproduz formas de consciência ilusórias, que fazem sentido porque falam de categorias do cotidiano dos sujeitos e operam, mesmo que não intencionalmente, no sentido de ocultar aspectos da realidade como os mecanismos geradores daquelas desigualdades. Aceitando essa crítica ao discurso econômico do desenvolvimento, que é igualmente uma crítica da consciência ilusória ou falsa gerada pela sociedade capitalista, pode-se — de fato, tem-se que — passar imediatamente a uma avaliação negativa dessas estruturas e a uma avaliação positiva da ação dirigida para mudá-las.

Não existe e nem poderia existir uma fórmula para essa mudança, mas, desde já, é importante ressaltar-se que, partindo de uma perspectiva realista crítica, a emancipação depende da transformação de estruturas, não do aperfeiçoamento do estado de coisas (posicionamento que justamente diferencia reformistas e revolucionários). Além disso, resalta Bhaskar (1993), é forçoso que se estabeleça um “esclarecimento socialista”, ou seja, que o socialismo ganhe uma “[...] hegemonia intelecto-cultural de modo a se tornar o senso comum esclarecido de nossa era”. Assim, “[...] a relação entre conhecimento ou teoria social e prática social (mais especificamente a socialista) tomará a forma de uma espiral emancipatória em que o entendimento mais profundo possibilita novas formas de prática, levando a um entendimento ampliado e assim por diante” (Bhaskar, 1993).

Obviamente, apesar do domínio conservador e do embargo a qualquer tipo de discussão que transcenda os limites do possível, sobrevivem ainda hoje distintas experiências de luta contra o *status quo*, que, por sua dispersão e fragmentação, terminam com a submissão ao capitalismo. Como indica Kohan (2007), o desafio da esquerda e da teoria crítica na atualidade é justamente transformar essa pluralidade de lutas particulares desconectadas, que acabam sendo facilmente administradas e incorporadas pelo sistema, em uma plataforma efetiva de luta anticapitalista, em um movimento para o socialismo.

Não deixa de ser curioso que os que acusam, sempre que possível, os marxistas em geral de serem sonhadores utópicos ou de terem uma leitura teleológica da história (que caminharia necessariamente rumo ao comunismo) são freqüentemente os mesmos que vendem a quimera do desenvolvimento há tantos anos, pondo, eles sim, um *télos* na história — a ordem capitalista estabelecida. Desse modo, conseguem fantásticamente convencer a maioria da população de que o “desenvolvimento das nações” é a regra do modo produção

capitalista e da humanidade como um todo; que, no futuro, cada país será, quando menos, uma Suécia; que a esmagadora maioria da humanidade que sobrevive em condições precárias é a “exceção”.

O discurso do desenvolvimento inverte os termos da verdade. O “desenvolvimento”, tal como propagandeado pelos ideólogos do capital, é antes uma exceção que uma regra. E se o “subdesenvolvimento”, com todos os seus “aspectos desagradáveis”, é gerado no mesmo processo que gera sua contraparte, o desenvolvimento de umas poucas nações, logo o único modo de atacar suas causas concretas é atacando esse sistema polarizador de riquezas e misérias.

É importante dizer que não se pretende aqui ter realizado a crítica definitiva ao discurso do desenvolvimento. Crer nisso, seria padecer-se daquela “megalomania acadêmica” denunciada por Duayer (2001, p.21), segundo a qual se acredita que a crítica teria o poder de dissolver e eliminar o objeto criticado. Ao contrário, buscou-se mostrar não apenas a falsidade desse discurso, mas os motivos pelos quais, apesar de falsas, essas crenças se perpetuam. Esse é, parece, o único modo de orientar uma prática capaz, esta sim, de eliminar o discurso criticado transformando a ordem atual de coisas.

Referências

ARCHER, Margaret et al. (Ed.). **Critical realism: essential readings**. London: Routledge, 1998.

BHASKAR, Roy. Filosofia e realismo científico. In: BHASKAR, Roy. **A realist theory of science**. London; Verso, 1977. [Trad. de Rodrigo Moerbeck. Versão preliminar].

BHASKAR, Roy. Realismo crítico, relações sociais e argumentos para o socialismo. In: BHASKAR, Roy. **Reclaiming reality: a critical introduction to contemporary philosophy**. London: Verso, 1993. [Trad. de Astrid Baecker Avila].

BHASKAR, Roy. Sociedades. In: BHASKAR, Roy. **The possibility of naturalism**. Brighton: Harvest, 1979.

BONENTE, Bianca; ALMEIDA FILHO, Niemeyer. A economia do desenvolvimento em perspectiva histórica: novos rumos da disciplina. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 12., São Paulo, 2007. **Anais...** São Paulo, 2007.

CHANG, Ha-Joo. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: UNESP, 2004.

DUAYER, Mário. Marx, verdade e discurso. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, jan./jun. 2001.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Boitempo; Unesp, 1997.

FRANK, André Gunder. **Capitalism and underdevelopment in Latin America**. Nova York: Monthly Review, 1969.

HIRSCHMAN, Albert. Ascensão e declínio da economia do desenvolvimento. **Revista de Ciências Sociais**, v. 25, n. 1, 1982.

KOHAN, Néstor. Desafíos actuales de la teoría crítica. In: SEMINÁRIO DE PRÁTICAS EM SERVIÇO SOCIAL, 4., Vitória, 2007.

LEWIS, Arthur. A situação da teoria do desenvolvimento. **Economic Impact**, 1985/1.

LUKÁCS, György. O jovem Marx. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NETTO, José Paulo (Org.). **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: SADER, Emir (Org.). **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Buenos Aires; Petrópolis, RJ: CLACSO; Vozes, 2000.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Livro 1, v. 1-2.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. Livro 3, v. 4.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. Livro 3, v. 6.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (I – Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MEDEIROS, João Leonardo. **A economia diante do horror econômico: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica**. (Mimeo, 2007).

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ROSTOW, W.W. **Etapas do crescimento econômico**: um manifesto não comunista. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

